

**Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Biodiversidade  
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica**

**Acordo de Doação BMUB nº 209810961  
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2017.0808.00033-7/2017**

**Consultoria Pessoa Jurídica para levantamento de dados ambientais e execução de  
Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) localizados na região do  
mosaico de unidades de conservação do extremo sul da Bahia (MAPES)**

## **1. Projeto**

1.1. Este Termo de Referência será executado no âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica.

## **2. Unidade demandante**

2.1. A unidade demandante desta contratação é o Departamento de Conservação de Ecossistemas - DECO, vinculado à Secretaria de Biodiversidade – SBio, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e a Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA-BA).

## **3. Enquadramento da contratação com a vinculação ao Projeto**

3.1. O Projeto “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” objetiva contribuir para a conservação da biodiversidade e a recuperação da Mata Atlântica, com ênfase em regiões onde se localizam mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para mitigação e adaptação às mudanças do clima.

3.2. O Projeto é uma realização do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha. O projeto conta com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e apoio financeiro do KfW Banco de Fomento Alemão.

3.3. As atividades realizadas nesse projeto são concentradas em três regiões onde se localizam mosaicos de unidades de conservação. O objetivo dessa implementação regional é otimizar esforços, aumentar o impacto e a efetividade das ações realizadas e obter bons resultados a longo prazo, visando construir modelos que poderão ser replicados em outras regiões da Mata Atlântica em futuros projetos.

3.4. As regiões de mosaicos de unidades de conservação de atuação deste projeto são:

- I. Região do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MCF);
- II. Região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES);
- III. Região do Mosaico de Unidades de Conservação do litoral sul do Estado de São Paulo e do litoral do Estado do Paraná (Mosaico Lagamar).

3.5. O módulo de cooperação financeira do projeto está dividido em 4 componentes que possuem os seguintes objetivos específicos:

- 1) Planejamento Territorial: apoiar os Estados para implementação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), especificamente para os estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, e registrar pequenas propriedades rurais no SICAR; apoiar municípios selecionados na elaboração e implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA;
- 2) Instrumentos Econômicos: elaborar análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa visando o aumento do financiamento de ações de recuperação em larga escala nas regiões de atuação do projeto.
- 3) Gestão de Unidades de Conservação e Restauração: consolidar as Unidades de Conservação dos mosaicos selecionados por meio da elaboração e implementação de Planos de Manejo e Planos de Proteção Integrada; fortalecer a cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa por meio da estruturação de centros de referência nas regiões de atuação do projeto.
- 4) Conhecimento em Gestão: desenvolver plataforma de intercâmbio de experiências governamentais e da sociedade civil em ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica, incluindo experiências de elaboração e implementação de PMMAs.

3.6. As atividades demandadas por esse Termo de Referência estão relacionadas diretamente ao Componente 1, Resultado 1.1, Atividade 1.1.2 cujo objetivo é realizar a inscrição de pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas regiões de atuação do projeto.

#### **4. Objetivo da contratação**

4.1. O objetivo da contratação é a realização de levantamento de dados ambientais e o cadastramento no CEFIR - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - de **4348** imóveis rurais ou posses rurais com até 4 módulos fiscais, como estabelece o Código Florestal (Lei 12.651/2012, Art. 3º parágrafo único), sendo 1745 no município de **Prado**, 1523 no município de **Porto Seguro** e 1081 no município de **Santa Cruz Cabralia**, no Estado da Bahia, conforme Tabela 1.

4.2. Para a realização do Cadastro, será necessária a elaboração e apresentação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, no caso de existência de passivos ambientais e do Plano de Recuperação Ambiental - PRA, no caso da existência de

passivos ambientais relativos às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 15.180 de 2014 e legislação pertinente.

**Tabela 1 - Municípios objeto da contratação:**

<b>Mosaico Extremo Sul</b>	<b>DAP físicas ativas08/08/16</b>	<b>Censo IBGE 2006</b>	<b>Censo x 1,2</b>	<b>Média para Contratação</b>
Município				
Prado	2472	785	1017	1745
Porto Seguro	2022	853	1024	1523
Santa Cruz Cabrália	1128	861	1033	1081
<b>TOTAL</b>	<b>5622</b>	<b>2499</b>	<b>3074</b>	<b>4348</b>

4.3. A abrangência deste trabalho contempla os municípios de Santa Cruz Cabrália, Prado e Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, onde está localizado o Mosaico de Unidades de Conservação do Extremo Sul da Bahia (MAPES), região de extrema importância para a conservação. Os Mosaicos de Unidades de Conservação são áreas prioritárias para a implementação de instrumentos integrados de gestão territorial.

4.4. O cadastramento através do CEFIR permite a regularização ambiental de propriedades rurais mediante o compromisso da restauração de passivos ambientais, o que torna esta ação essencial para a redução de áreas impactadas e para a promoção da conectividade da paisagem no interior e entorno do Mosaico do Extremo Sul.

4.5. O levantamento de dados ambientais de imóveis rurais irá subsidiar a elaboração de estudos como Planos de Manejo de Bacias Hidrográficas e de Unidades de Conservação, em especial do Mosaico de Unidades de Conservação do Extremo Sul.

## **5. Da necessidade e da justificativa da contratação**

5.1. O Novo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651/2012) institui, em âmbito nacional, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento para a regularização ambiental de imóveis rurais. No Estado da Bahia, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), regulamentado pelo Decreto Estadual 15.180/2014, é parte integrante do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) e será utilizado para alimentar a base de dados do CAR.

5.2. O Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) é um sistema operado exclusivamente na rede mundial de computadores, ou seja, *online* via *web*, que já está em funcionamento desde dezembro de 2012 e tem como principais objetivos o controle, a fiscalização e o monitoramento das atividades agrícolas e florestais, inclusive das áreas de Reserva Legal, de Preservação Permanente, de Servidão Florestal e das Florestas de Produção (Decreto Estadual 15.180, 02/06/2014).

5.3. O CEFIR é parte do SEIA, Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos, sistema *online* via *Web* que disponibiliza serviços como formação de processos ambientais, consulta de requerimentos, documentos de formação de processos e pareceres de técnicos ambientais. O Portal SEIA pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.seia.ba.gov.br/>

5.4. A regularização ambiental dos imóveis rurais por meio do CEFIR possibilita monitorar o desflorestamento, o reflorestamento e o florestamento, assim como visualizar os limites das propriedades, informações do seu proprietário ou justo possuidor, além de dados sobre as respectivas atividades agropecuárias.

5.5. Complementarmente, o cadastro será essencial para o controle ambiental das atividades agroindustriais, bem como dos ativos ambientais dos imóveis rurais, incluindo questões relacionadas ao uso da água e às mudanças no uso da terra, contribuindo para a redução das emissões de gases efeito estufa, uma das principais causas das mudanças climáticas.

5.6. Segundo a legislação vigente, o poder público tem a responsabilidade de proporcionar o apoio para a inscrição dos imóveis rurais da agricultura familiar no Cadastro Ambiental Rural, bem como oferecer apoio técnico para a recuperação dos passivos ambientais.

## **6. Atividades a serem desenvolvidas:**

### **6.1 Atividade 1 - Plano de Trabalho e levantamento de apoio**

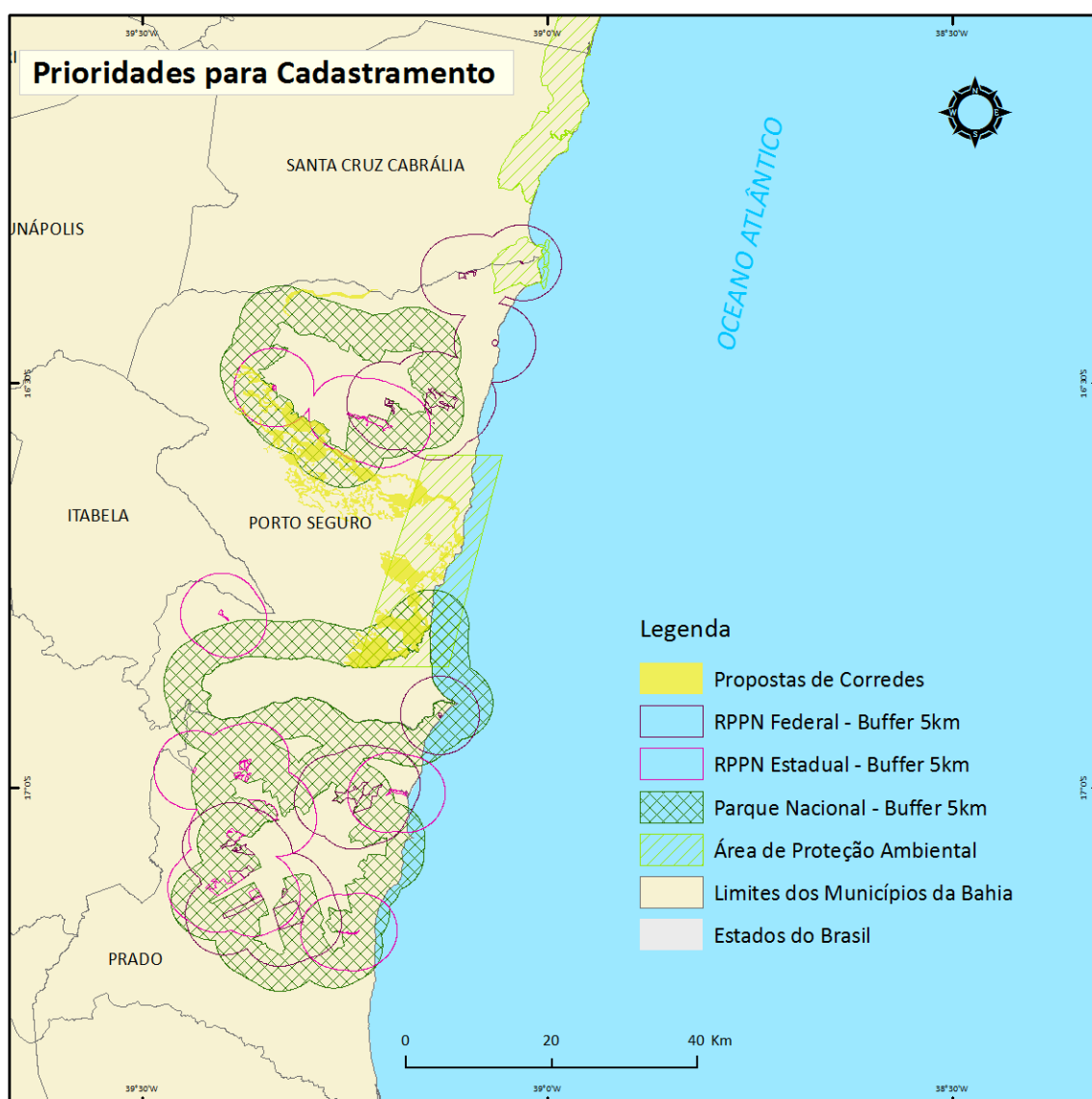
Para o planejamento das atividades, a empresa contratada deverá organizar uma base de dados geográficos dos municípios-alvo do cadastro, incluindo dados e informações espaciais, a exemplo da hidrografia, sistema viário, limites municipais, uso atual e ocupação da terra, cobertura vegetal, malha fundiária e outros dados cartográficos, sempre na maior escala disponível. Será necessário, também, realizar um levantamento dos imóveis já cadastrados no CEFIR.

Em seguida, a contratada deverá reunir essas informações, juntamente com uma estratégia delimitada para as ações de sensibilização dos produtores rurais e das prefeituras locais e apresentar um Plano de Trabalho detalhado, a ser entregue até 30 dias após a assinatura do contrato. Parte das informações que deverão compor a referida base de dados geográficos será disponibilizada para a Contratada. O Plano de Trabalho deverá conter um cronograma das ações planejadas pela empresa contratada. Cabe destacar que o Plano de Trabalho será construído e discutido com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

Nessa etapa será formulada uma lista com a identificação de pelo menos 70% dos imóveis rurais a serem cadastrados, parte do pagamento do primeiro produto. Essa relação é obtida com a identificação dos produtores rurais inscritos em associações, cooperativas, sindicatos e nos cadastros oficiais de órgão de assistência técnica rural.

Deverão ser priorizadas a inscrição de pequenas propriedades ou posses rurais localizadas na proposta de corredor ecológico entre o Parque Nacional - PARNA Pau Brasil e o Parque Nacional - PARNA Monte Pascoal (Anexo 1) e na proposta de conectividade entre o PARNA Pau Brasil e a Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN Estação Veracel (Anexo 2), visando promover a conectividade entre os remanescentes de vegetação e as Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL que serão conservadas ou recompostas nas propriedades cadastradas. É prioridade deste contrato o cadastramento das pequenas propriedades que se localizam no entorno das Unidades de Conservação de Proteção Integral (até 5 km), bem como no Interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e seu entorno. Estas áreas estão delimitadas no mapa a seguir.

Mapa : Áreas prioritárias para o cadastramento no CEFIR



Tendo sido aprovado o Plano de Trabalho pela equipe da SEMA/INEMA, o coordenador da equipe da Contratada deverá comparecer a uma primeira reunião presencial em Salvador (BA) e outra em Porto Seguro (BA), para alinhamento técnico, para conhecimento do SEIA/CEFIR e das suas características técnicas. No decorrer do andamento do Serviço, as partes podem convocar reuniões extraordinárias.

## **6.2 Atividade 2 - Ações de comunicação e sensibilização dos produtores**

A empresa contratada será responsável pelas ações de sensibilização dos proprietários/justo possuidores dos imóveis nos municípios alvo do cadastro. Essas ações deverão estar alinhadas às orientações da equipe de comunicação da SEMA e serão realizadas por meio de divulgação em folders, faixas, chamadas nas rádios locais ou carros de som, que deverão informar à população sobre a atividade de cadastro nos municípios. A empresa deverá estar apta a informar os proprietários/possuidores sobre o cadastro ambiental rural, o CEFIR e as obrigações legais dos proprietários/possuidores. No processo de divulgação deverá ser informado que os proprietários com áreas acima de 4 módulos fiscais são obrigados a realizar o cadastramento no CEFIR por conta própria.

A Atividade 2 deve conter, no mínimo, as seguintes etapas:

- Reunião com a equipe de comunicação da SEMA e entrega de calendário contendo as atividades previstas em cada município. Apoio na elaboração das chamadas de comunicação.
- A contratada deverá promover reuniões com a presença de proprietários justo/possuidores dos imóveis rurais em cada um dos municípios alvo dessa contratação para informar sobre as ações de cadastramento e promover a sensibilização dos mesmos. As reuniões deverão ser documentadas com fotos, ata e folha de frequência.
- As reuniões deverão contar com a presença e participação de representantes dos órgãos de extensão rural, associações/cooperativas, órgãos fundiários, sindicatos/federações de trabalhadores rurais ou sindicatos/federações de produtores da região onde serão executados os serviços, com o objetivo de apresentar o trabalho que será realizado, articular as ações, obter apoio na mobilização e para facilitar a aquisição de dados, informações, mapas ou croquis já existentes dos imóveis rurais.
- As reuniões deverão ser realizadas quantas vezes forem necessárias no processo de sensibilização dos proprietários/justo possuidores dos imóveis rurais. Exige-se, porém, um mínimo de três reuniões em cada um dos três municípios onde se realizarão as ações de cadastro, num total de nove reuniões.
- Nessa etapa será instalado um balcão de atendimento onde os pequenos produtores rurais, não identificados na lista do plano de trabalho, possam se

inscrever afim de que seus imóveis rurais sejam visitados, dados ambientais levantados e cadastrados no CEFIR.

### 6.3 Atividade 3 - Levantamento de dados em campo e cadastramento dos imóveis no CEFIR

O cadastro dos imóveis rurais será precedido pelas ações de coleta de dados em campo, que deverão obedecer a uma sistemática que resulte no efetivo cadastro desses imóveis no CEFIR, parte integrante do SEIA. Em cada imóvel rural deverão ser coletados todos os dados relevantes para a caracterização ambiental de uso e ocupação do solo dos municípios abrangidos. Deverão ser coletados obrigatoriamente os seguintes dados em todos os imóveis rurais:

- **Limite do imóvel rural**  
Localização geográfica (polígono);
- **Reserva legal (RL):**  
Localização geográfica (polígono);  
  
Estado de conservação da RL.  
    Degradada  
    Parcialmente degradada  
    Conservada
- **APP:**  
Localização geográfica (polígono);  
Tipo de APP: Nascentes, topo de morro e margem de rios.  
Estado de conservação da APP.  
    Degradada  
    Parcialmente degradada  
    Conservada
- **Área produtiva:**  
Localização geográfica (polígono);  
Número do processo.  
Classificação do tipo de sistema produtivo:  
Agricultura  
    -Temporária não irrigada;  
    -Temporária irrigada;  
    -Permanente não irrigada;  
    -Permanente irrigada  
  
Pastagem  
Sistema Agroflorestal  
Silvicultura
- **Área de vegetação nativa:**  
Localização geográfica (polígono);  
Classificação das fito fisionomias

A empresa deverá realizar levantamentos de campo por meio de um sistema de varredura e/ou mutirões onde todos os imóveis rurais serão mapeados sequencialmente, ou seja, a divisa de um imóvel será a divisa de seu confrontante na etapa de levantamento de campo. Isso evitará problemas de sobreposição de imóveis e erros topológicos nos levantamentos georreferenciados.

Entende-se por georreferenciamento a obtenção de coordenadas geográficas de cada posse ou propriedade rural utilizando o mesmo sistema de referência (DATUM SIRGAS 2000). Será utilizada obrigatoriamente a rede de pontos georreferenciados dos imóveis rurais, coletados por meio de aparelhos GPS de Navegação ou outro com maior precisão. O levantamento georreferenciado para obtenção das coordenadas dos vértices limítrofes dos imóveis pode admitir erro de até 10% de sobreposição dos imóveis rurais. Poderão ainda ser utilizados dados complementares obtidos por meio de bases cartográficas cedidas por outros órgãos, devidamente checadas em campo.

Em caso de resistência por parte dos proprietários/justo possuidores para as ações de georreferenciamento ou adesão ao SEIA/CEFIR e onde ocorrerem conflitos, a empresa deverá informar a equipe SEMA/INEMA por meio de relatórios específicos, abstendo-se de envolvimento a respeito do litígio. Entende-se por conflito a falta de concordância e/ou disputa sobre os limites com propriedades vizinhas e onde houver processos judiciais sobre a questão dos limites e/ou posse. Para orientação quanto a possíveis situações de serem encontradas em campo, relacionadas à maior ou menor adesão dos agricultores ao trabalho contratado, foi preparada a Tabela 2, abaixo.

**Tabela 2: Orientações para atividades de campo**

<b>Tipo de situações de propriedade ou posse</b>	<b>O georreferenciamento do imóvel rural para fins de CEFIR nesta situação</b>	<b>Como atuar</b>
Imóveis rurais com malha fundiária consolidada.	O georreferenciamento do imóvel pode ser executado com maior facilidade, rapidez e menor custo.	Neste caso o georreferenciamento do imóvel será realizado por meio de trabalho de coleta de dados de campo. Caso existam dados de georreferenciamento disponíveis, a atuação em campo será para verificação da informação
Imóveis rurais que já possuem licenciamento (sem CEFIR).	O cadastramento no SEIA/CEFIR interessa ao produtor, pois na renovação do licenciamento o SEIA/CEFIR lhe será exigido. Além disso, nesse caso, o CEFIR auxiliará os municípios a saírem da lista de municípios prioritários para combate ao desmatamento do MMA.	Neste caso o georreferenciamento do imóvel será realizado por meio de trabalho de coleta de dados de campo.
Imóveis rurais já inseridos no SEIA/CEFIR, porém com pendências.	Neste caso não será realizado o georreferenciamento do imóvel já que o sistema bloqueará automaticamente.	A empresa contratada deverá auxiliar o proprietário ou justo possuidor na resolução da pendência.



Imóveis rurais com título, porém sem o georreferenciamento do polígono.	Neste caso será realizado o georreferenciamento do imóvel. Nas situações em que houver sobreposição de áreas, será necessária a verificação dos limites com os vizinhos e depois de esclarecida a dúvida faz-se o georreferenciamento.	Para esta situação será necessário trabalho de campo e escritório. Em caso de conflitos, a empresa deverá informar a equipe SEMA/INEMA por meio de relatórios, se abstendo de participar ou tecer comentários a respeito do litígio.
Áreas ocupadas sem título (detentor).	Em regra, tendo o produtor ocupante da área ciência dos limites do imóvel, realiza-se o georreferenciamento do imóvel. Porém, nos casos em que não há limites claros (marcos geofísicos como rios, estradas, montanhas, etc), não será realizado o levantamento. Uma provável solução para este caso é o produtor confrontar a sua declaração com a dos vizinhos.	Para esta situação a empresa deverá apoiar com trabalho de campo e escritório. Em caso de conflitos, a empresa deverá informar a equipe SEMA/INEMA por meio de relatórios.
Casos em que o proprietário ou possuidor do imóvel rural não permite a entrada em sua área.	Nesses casos a estratégia é intensificar as ações de sensibilização conforme Atividade 2 (reuniões, informes, etc). Havendo sucesso nesta sensibilização, se dará prosseguimento às atividades de georreferenciamento do imóvel.	Havendo concordância do produtor, será feito o trabalho de campo e de escritório.

Somente serão coletadas informações e realizado o cadastro no CEFIR dos imóveis rurais daqueles proprietários ou justos possuidores que tenham autorizado por escrito a execução dos serviços pela empresa contratada.

**6.3.1 A Contratada deverá alimentar o CEFIR com os seguintes documentos e informações necessárias para a realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais, bem como demais documentos e dados, quando necessários, conforme manual do SEIA/CEFIR.**

- a) Informações Gerais sobre o imóvel rural;
- b) Endereço completo do imóvel rural;
- c) Localização geográfica do limite do imóvel rural;
- d) *Upload* de documento que comprove a posse ou propriedade do imóvel rural, conforme Portaria INEMA nº 8578 de 09/10/2014;
- e) Dados específicos do imóvel rural: informar área de reserva legal (ha). Quando couber, informar também: número do processo de regularização da reserva legal, vazão total (m³/dia) para cada tipo de captação, número do processo de outorga e número do processo para supressão de vegetação ocorrida depois de 22/07/2008;
- f) Dados específicos da Reserva Legal (RL): informar localização geográfica da RL, estado de conservação da RL, *upload* do PRA e registro do seu cronograma quando couber;
- g) Tipificação da degradação, quando couber: uso atual; tempo de degradação; existência de regeneração; distância a fragmentos de vegetação nativa; e outros, conforme item 3.4.3 desta Especificação;

- h) Dados específicos da área de preservação permanente (APP): informar, quando couber, o tipo de APP, a área e localização geográfica da APP, o registro do seu cronograma de recuperação e o *upload* do PRA;
- i) Dados específicos da área produtiva: informar, quando couber, a atividade produtiva e os dados específicos de cada área, localização geográfica, tamanho da área em hectares e o número do processo.
- j) Dados específicos da área remanescente de vegetação nativa, quando couber, informando a área e sua localização geográfica.
- k) Dados específicos de outros passivos ambientais, quando couber: realizar o *upload* do PRAD.
- l) Dados de responsável técnico: informar dados pessoais e realizar *upload* dos documentos pessoais e de comprovação de responsabilidade técnica. Todos os arquivos (PDF, JPG, JPGE, PNG) para *upload*, devem ter no máximo 5Mb.
- m) Para o cadastro das informações georreferenciadas do imóvel rural no CEFIR, deverão ser informadas, separadamente, as poligonais dos temas abaixo, no formato *shapefile* (shp, shx, dbf), utilizando apenas o Sistema de Coordenadas Geográficas ou Sistema de Projeção UTM e Datum planimétrico SIRGAS 2000.

- Limite do Imóvel Rural,
- Reserva Legal,
- Área de Preservação Permanente (APP),
- Área Produtiva e
- Área de Vegetação Nativa.

Os temas deverão ser carregados na aplicação por *upload* ou inseridos por meio de vetorização manual (desenho), no próprio sistema, por profissional habilitado, somente para imóveis com até 04 (quatro) módulos fiscais.

#### **6.4 Atividade 4 - Elaboração de PRAD e PRA**

Na medida em que os levantamentos de campo forem realizados, a empresa contratada deverá elaborar os PRAD e PRA dos imóveis rurais que tenham sido identificados com passivos. Esta ação poderá exigir visitas complementares de campo.

**6.4.1 PRAD** (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas): é o documento formal de planejamento das ações que permitem minimizar o impacto ambiental causado por uma determinada atividade ou empreendimento. Tem por objetivo o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização ecologicamente equilibrada, de acordo com um cronograma pré-estabelecido para o uso do solo, com vistas à obtenção de uma estabilidade ambiental e ecológica. A recuperação da flora local por meio do plantio de espécies nativas é sabidamente eficiente na reconstrução das interações com a fauna e restabelecimento das relações ecológicas existentes antes da ação de degradação.

São áreas degradadas, entre outras:

- a) As que tiveram suas características naturais alteradas pela poluição causada por derrame de produtos químicos;
- b) As que não foram devidamente recuperadas após sofrerem exploração mineral;
- c) As que foram desmatadas sem prévia autorização;
- d) As que sofreram erosão em consequência de atividade antrópica;

- e) As Áreas de Preservação Permanente ocupadas de forma irregular;
- f) As que tiveram suas características naturais alteradas por poluição causada por disposição irregular de resíduos.

O PRAD deve ser elaborado seguindo as orientações do INEMA, contidas no site do SEIA/CEFIR, uma vez que este é o executor legal da política Estadual do Meio Ambiente no Estado da Bahia e detentor da prerrogativa de implantação do CEFIR. Basicamente um PRAD deve obedecer aos seguintes critérios de formação:

1. Caracterização e avaliação da degradação ambiental;
2. Definição dos objetivos e análise das alternativas de recuperação;
3. Definição e implementação das medidas de recuperação: revegetação (estabilização biológica), geotécnica (estabilização física), e remediação ou tratamento (estabilização química).
4. Proposições para monitoramento e manutenção das medidas corretivas implementadas.

A base de dados geográficos organizada pela contratada deverá ser entregue devidamente estruturada com os arquivos vetoriais e *raster*, em formato *geodatabase*. Detalhamentos técnicos deverão ser previamente acordados com o setor de geoprocessamento SEMA/INEMA.

**6.4.2 PRA (Programa de Regularização Ambiental):** visa resolver os passivos ambientais relativos às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

O Programa pode se basear em:

- Regeneração Natural: consiste no isolamento da área (cultivo agrícola, pasto, etc.), para que sua vegetação seja reconstituída de forma natural;
- Restauração Ecológica: adensamento e/ou enriquecimento com controle e/ou erradicação de espécies exóticas invasoras. Plantio total de sementes ou de mudas, ou da combinação deles.
- Recuperação com Plantio: consiste no plantio de mudas de espécies nativas, com o objetivo de recuperar as funções do ecossistema local;
- Restauração Produtiva. Sistemas Agroflorestais: combinam, em um mesmo sistema, espécies lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, etc.) e culturas agrícolas (café, milho, mandioca, etc.). Portanto, compreendem produção e conservação dos recursos naturais. Além da diversificação da produção e consequente distribuição do rendimento dos produtores rurais, ao longo do ano, os sistemas agroflorestais auxiliam na conservação dos solos e microbacias. O plantio de espécies exóticas deve ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional. A área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

A recomposição da Reserva Legal pode ser efetuada mediante o plantio de sementes e/ou mudas de, no mínimo, 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação, a cada 02 (dois) anos, incluindo o isolamento dessas porções, removendo os possíveis fatores de degradação, com espécies nativas ou com espécies nativas consorciadas com espécies exóticas, de acordo com as modalidades disponíveis para adesão. A condução da regeneração natural pode ser feita quando sua viabilidade for tecnicamente atestada e compromissada no Termo de Compromisso de, no mínimo, 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação, a cada 02 (dois) anos, incluindo o isolamento dessas porções em recuperação dos possíveis fatores de degradação.

### **3.4.3. Método de Levantamento de Informações de Campo e Conteúdo Básico dos PRAD e PRA**

i) Diagnóstico atual da propriedade – informações necessárias e obrigatórias: croqui de uso atual das áreas a serem trabalhadas, Georreferenciados em coordenadas UTM, Datum SIRGAS 2000 e seus respectivos arquivos com extensões \*.shp e \*.kml, em escala adequada à visualização da propriedade e das áreas de intervenção.

ii) As propriedades ou posses rurais que possuem passivos ambientais (áreas degradadas e áreas com déficit de APP e RL), será obrigatória a classificação dos usos atuais dessas áreas em:

- a) Solo com uso agrícola em pousio;
- b) Área de pastagem;
- c) Pastagem suja.
- d) Agricultura;
- e) Alagadas.
- f) outros (deverá ser descrito o uso).

iii) Será obrigatória uma breve descrição do histórico de uso e ocupação da área com passivos ambientais, levando em conta os seguintes itens:

- a) Tempo em que a cobertura vegetal nativa foi suprimida.
- b) Estágio/grau atual de degradação.
- c) Distâncias dessas áreas com a dos fragmentos florestais

iv) Informações atuais da propriedade

- a) Área da cobertura florestal dentro da propriedade (em hectares e porcentagem);
- b) Recursos hídricos identificados;
- c) Quantificação das APP hídricas (em hectares e porcentagem);
- d) Existência ou não de reserva legal e, em caso positivo, quantificação e delimitação da sua área. Em caso negativo, indicar se a cobertura florestal existente atende ao necessário;
- e) Registro fotográfico digital da área a ser trabalhada com no mínimo duas (02) fotos, sendo uma com visão panorâmica e outra de dentro da área; as fotos deverão ter qualidade igual ou superior a 3,0 megapixels (deverão ser tomadas a partir de ponto que possa ser repetido futuramente durante o monitoramento, para efeito de comparação);

**v) Prognóstico da propriedade**

- a) Mapas/croquis físico-ambientais contendo o uso proposto para as áreas de intervenção, passivo recuperado e passivo restante, georreferenciados em coordenadas UTM, Datum SIRGAS 2000 e seus respectivos arquivos com extensões \*.shp e \*.kml em escala adequada à visualização da propriedade e das áreas de intervenção;

**vi) Conjunção entre a Situação ambiental do imóvel e a intenção de restauração do produtor.**

- a) Nos imóveis rurais que apresentem passivos ambientais identificados no CEFIR é necessário delimitar, no interior da propriedade, um ou mais polígonos passíveis de intervenção, com o objetivo de possibilitar ao produtor rural um amplo pacote de estímulo para manutenção e implantação de práticas sustentáveis de uso dos solos em seu imóvel. Os Planos de Recuperação Ambiental – PRA deverão contemplar as diferentes possibilidades descritas no item 3.4.2. Os PRA(s) devem ser debatidos com os produtores rurais, incentivando-os a adotarem os Sistemas Agroflorestais (SAF).
- b) O técnico responsável pelo cadastro terá que justificar a escolha dos métodos descritos no item 3.4.2 (que visam a resolver os passivos ambientais relativos às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal). Por exemplo, caso o modelo de recuperação do passivo for a recondução da vegetação natural, o documento anexado no CEFIR terá que trazer subsídios (argumentos) para essa escolha, embasados nas alíneas i, ii, iii, iv e v do item 3.4.3.

**vii) Mapa indicando a área total para implantação dos PRAD ou PRA**

- a) Desenvolver um mapa indicando todos os polígonos destinados à implantação dos PRAD ou PRA das propriedades cadastradas pela empresa, a fim de subsidiar processos futuros da SEMA para assistência na execução destes projetos.

## 6.5 Atividade 5 - Entrega dos documentos gerados na conclusão do CEFIR aos produtores.

A empresa contratada deverá entregar para cada produtor rural que teve o seu imóvel cadastrado os seguintes documentos impressos e em formato digital (CD): Termo de Compromisso ou Certificado de Inscrição gerado pelo SEIA/CEFIR, descrição do imóvel rural, croqui do imóvel rural, PRAD e PRA, quando houver. Esta entrega de documentos deve ser realizada por meio de um evento organizado em cada município pela empresa contratada, somando assim três eventos de entrega.

## 7. Produtos esperados e cronograma:

7.1. A Tabela 3 descreve os produtos esperados desta consultoria, elaborados a partir das atividades listadas no item 6, o cronograma de entrega de cada produto após a assinatura do contrato e a porcentagem das parcelas de pagamento para cada produto.

**Tabela 3.** Descrição dos produtos com a previsão de entrega após a assinatura do contrato.

PRODUTOS	PRAZO	PERCENTUAL DE PAGAMENTO
<b>1º produto:</b> Plano de Trabalho com a estratégia de atuação da empresa aprovado pela SEMA/INEMA e a lista dos imóveis a serem cadastrados, com a identificação de pelo menos 70% dos proprietário/possuidor dos imóveis rurais e a localização geográfica dos mesmos.	Até 30dias após da assinatura do contrato.	5 %
<b>2º produto:</b> Relatório contendo 1000 (mil) imóveis rurais com cadastramento no CEFIR finalizado. Apresentar o quantitativo geral e a identificação de cada imóvel cadastrado, acompanhado dos PRA e PRAD elaborados. Apresentar relato detalhado das ações de sensibilização promovidas e da realização dos eventos para entrega dos termos de compromisso ou certificado de inscrição e dos croquis aos produtores rurais.	Até 90 dias após a assinatura do contrato	15%
<b>3º produto:</b> Relatório contendo outros 1000 (mil) imóveis rurais com cadastramento no CEFIR finalizado. Apresentar o quantitativo geral e a identificação de cada imóvel cadastrado, acompanhado dos PRA e PRAD elaborados. Apresentar relato detalhado das ações de sensibilização promovidas e da realização dos eventos para entrega dos termos de compromisso ou certificado de inscrição e dos croquis aos produtores rurais.	Até 150 dias após a assinatura do contrato	15%

<b>4° produto:</b> Relatório contendo outros 1000 (mil) imóveis rurais com cadastramento no CEFIR finalizado. Apresentar o quantitativo geral e a identificação de cada imóvel cadastrado, acompanhado dos PRA e PRAD elaborados. Apresentar relato detalhado das ações de sensibilização promovidas e da realização dos eventos para entrega dos termos de compromisso ou certificado de inscrição e dos croquis aos produtores rurais.	Até 210 dias após a assinatura do contrato	15%
<b>5° Produto:</b> Relatório contendo outros 1348 (mil) imóveis rurais com cadastramento no CEFIR finalizado. Apresentar o quantitativo geral e a identificação de cada imóvel cadastrado, acompanhado dos PRA e PRAD elaborados. Apresentar relato detalhado das ações de sensibilização promovidas e da realização dos eventos para entrega dos termos de compromisso ou certificado de inscrição e dos croquis aos produtores rurais.	Até 270 dias após o término do Cadastramento.	20%
<b>6° produto:</b> Relatório Final contendo o resultado final do trabalho, base de dados geográfica levantada, procedimentos e estratégias adotadas, lições aprendidas e recomendações. A base de dados georreferenciada deverá ser entregue em arquivo shapefile contendo um único layer para cada tema contendo todos os polígonos referentes a este tema (ex: limites de imóveis, Reservas legais, barragens). O arquivo referente aos limites de imóveis deverá conter na tabela de atributos colunas com os nomes do proprietário e do imóvel.	Até 300 dias após o término do Cadastramento.	30%.
<b>Total</b>		100%

## 8. Qualificação da equipe técnica necessária

### 8.1 Equipe-chave

A Equipe Chave será composta no mínimo por:

- 1 (um) Coordenador, Profissional de Nível Superior, com no mínimo 3 (três) anos de experiência na condição de Coordenador ou Responsável Técnico e com atribuições para execução de serviços de consultoria para adequação ambiental de imóveis rurais e licenciamento ambiental;
- 3 (três) Profissionais de Nível Técnico ou Superior, com experiência profissional em atividades de campo para elaboração de mapas e memorial descritivo de propriedades;

- c) 3 (três) Profissionais de Nível Técnico ou Superior, com experiência na execução de diagnósticos e estudos ambientais e na caracterização de vegetação e uso do solo;

## **8.2 Equipe de Apoio**

A equipe de apoio fica a critério do proponente, sendo sugerida a utilização dos técnicos abaixo listados para a execução dos serviços previstos neste TDR:

- a) 1 (um) Profissional de Nível Técnico ou Superior, com experiência em atividades de comunicação, mobilização social ou extensão rural.

## **9. Insumos a serem fornecidos pela SEMA-BA:**

- Manual do SEIA/CEFIR contendo as regras e restrições do sistema para realização dos cadastros;
- Imagens de satélite RapidEye com resolução espacial de 5 metros, referentes ao ano de 2013;
- Mapas das unidades de conservação;
- A empresa contratada deve buscar, quando necessário, dados adicionais junto aos órgãos fundiários e de meio ambiente que disponham de arquivos com georreferenciamento de imóveis rurais já cadastrados;
- A empresa contratada contará com o apoio da SEMA/INEMA para obtenção das informações adicionais que julgarem necessárias.

## **10. Instalações e equipamentos exigidos da contratada**

A contratada deverá prover os equipamentos de escritório e de campo, softwares e os meios necessários para a realização de eventos, para o cadastramento de proprietários rurais e para a coleta de informações em campo, elaboração de relatórios e mapas e cadastramento dos imóveis no CEFIR.

## **11. Local de execução dos serviços**

Os serviços de campo e escritório deverão ser executados nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Prado. Caso a contratada não tenha sede na área de abrangência dos serviços, esta deverá montar escritório ou base de apoio dentro da área de abrangência para condução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência.

## **12. Acompanhamento Técnico**

A coordenação do acompanhamento técnico desta consultoria ficará com a SEMA-BA, particularmente a cargo do servidor Luiz Antonio Ferraro Junior, Superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais, que será responsável pelo acompanhamento, a fiscalização, recebimento e aprovação dos produtos.



Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA/BA  
Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais  
Av. Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, Plataforma IV, nº 390. Ala Norte, 4º andar, CAB.  
CEP: 41.746-900. Salvador, Bahia.  
Tel.: (071) 3115-6106 / 3801 / 6955

Solicitada a correção de um produto, o contratado deverá entregar sua versão corrigida em até 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação.

Após a aprovação, a equipe da SEMA-BA comunicará a equipe do MMA para o projeto, que encaminhará o respectivo Termo de Recebimento e Aceite preenchido, a ser disponibilizado pelo Funbio através do sistema Cérebro, para o devido pagamento em conformidade com os percentuais descritos acima.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura), do respectivo produto aprovado pelo MMA e do Termo de Recebimento e Aceite – documento emitido pelo MMA, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso.